lação dos contratos nos casos previstos neste diploma não poderão ser invocadas como razão de justa causa para despedimento, não isentando, . . .».

Secretaria-Geral da Presidência do Conselho, 19 de Abril de 1962. — O Secretário-Geral, *Diogo de Castelbranco de Paiva de Faria Leite Brandão*.

Gabinete do Ministro da Defesa Nacional

Secretariado dos Serviços Sociais das Forças Armadas

Despacho ministerial

Enquanto não forem aprovados os regulamentos ou estatutos previstos na alínea e) do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 42 072, de 31 de Dezembro de 1958, aditada pelo Decreto-Lei n.º 43 610, de 21 de Abril de 1961, que fixem o condicionalismo a que têm de satisfazer os órfãos de militares que desejem ser inscritos como beneficiários dos Serviços Sociais das Forças Armadas, autorizo, a título provisório, a inscrição dos seguintes descendentes em 1.º grau, legítimos ou perfilhados, de militares falecidos:

a) Filhas solteiras ou viúvas que não possuam meios de subsistência e se encontrem impossibilitadas de os angariar;

b) Filhas divorciadas ou separadas judicialmente de pessoas e bens, com direito a pensão de alimentos inferior a 600\$, que não possuam outros meios de subsistência nem possibilidade de os angariar;

c) Filhos até perfazerem os 23 anos, ou, de idade superior, que não possuam meios de subsistência e se encontrem reconhecida e permanentemente incapazes de os angariar, não podendo legalmente exigir de outrem aqueles meios.

Estes beneficiários não pagarão qualquer quota e só poderão beneficiar de auxílios e participações que não envolvam compromissos de duração superior a um ano.

Presidência do Conselho, 18 de Abril de 1962. — O Ministro da Defesa Nacional, *António de Oliveira Salazar*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto-Lei n.º 44 301

Considerando a conveniência de adaptar às circunstâncias presentes as disposições que regulam o funcionamento das delegações portuguesas em determinadas organizações económicas internacionais;

Tendo em vista que pelo Decreto-Lei n.º 43 748, de 22 de Junho de 1960, a Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa passou a depender da Presidência do Conselho;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A representação de Portugal junto da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (O. C. D. E.), da Associação Europeia de Comércio Livre (E. F. T. A.), do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio (G. A. T. T.), da Administra-

ção de Cooperação Internacional (I. C. A.), da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (C. E. C. A.), da Comunidade Económica Europeia (C. E. E.) e da Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM) será assegurada por delegações dependentes da Presidência do Conselho.

Art. 2.º A Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa é o órgão de ligação da Presidência do Conselho com as delegações, cumprindo-lhe prestar a estas toda a assistência técnica ou outra de que careçam.

§ único. As despesas das delegações serão satisfeitas por conta da verba global anualmente consignada no Orçamento Geral do Estado à Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa.

Art. 3.º As delegações terão a organização e a competência que forem fixadas por despacho do Presidente do Conselho, cumprindo-lhes, especialmente, assegurar a representação de Portugal junto dos organismos referidos no artigo 1.º e a participação nos trabalhos dos mesmos organismos e dos seus órgãos subsidiários, quer através dos seus próprios funcionários, quer daqueles que para o efeito forem designados pelo Presidente do Conselho.

Art. 4.º As delegações serão chefiadas pelo representante permanente de Portugal no respectivo organismo internacional, nomeado por despacho conjunto do Presidente do Conselho e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, e serão constituídas por pessoal requisitado a serviços do Estado ou contratado pela Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa, em conformidade com as disposições aplicáveis ao funcionamento da mesma Comissão ou, em casos especiais, solicitado por esta a outras entidades.

§ 1.º Poderão, igualmente, prestar serviço nas mencionadas delegações funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros, nomeados em despacho conjunto do Presidente do Conselho e do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Os funcionários assim destacados serão remunerados pela Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa, segundo a sua categoria e nas condições dos restantes delegados para efeitos de ajudas de custo, sendo-lhes aplicável o disposto no corpo do artigo 4.º e seus §§ 1.º e 2.º do Decreto-Lei n.º 38 728, de 24 de Abril de 1952.

§ 2.º O Presidente do Conselho poderá, sob proposta do chefe da respectiva delegação, autorizar que sejam contratados localmente, além de pessoal de secretaria, técnicos com preparação económica ou financeira cuja cooperação for julgada necessária.

§ 3.º O pessoal destacado em comissão de serviço nas delegações por um período superior a um ano beneficiará do disposto no artigo 123.º, alíneas a) e b), n.º 1.º, do Decreto-Lei n.º 29 970, de 13 de Outubro de 1939, mas o seu regresso voluntário antes do termo daquele período obriga a reembolso ao Estado das despesas efectuadas.

§ 4.º Os encargos resultantes da execução deste artigo deverão limitar-se às possibilidades da dotação global a que se refere o artigo 3.º

Art. 5.º Aos chefes das delegações competirá especialmente:

1.º Representar Portugal nos organismos internacionais junto dos quais se encontrem acreditados;

2.º Presidir às delegações portuguesas nas reuniões dos mesmos organismos sempre que não esteja presente o Presidente do Conselho ou Ministro de Estado ou qualquer outro membro do Governo especialmente designado;